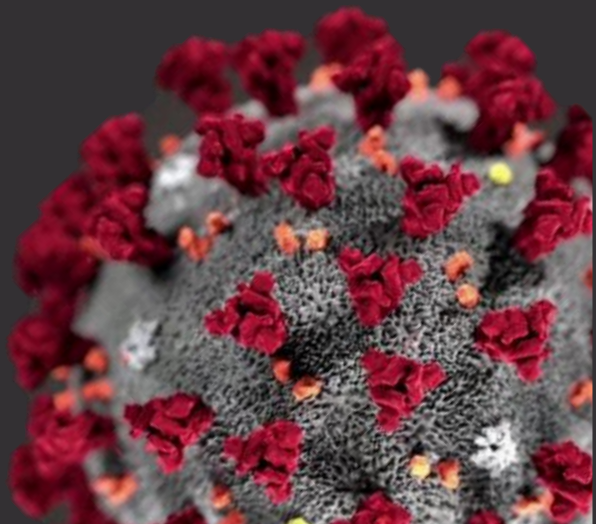


Painel de Monitoramento

Impactos da Covid-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedese, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – Subte, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho no estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Auxílio Emergencial;
- Indicador Antecedente de Emprego;
- Fechamento de bares e restaurantes;
- Vacina e Emprego como prioridades para os brasileiros;
- Participação feminina no mercado;

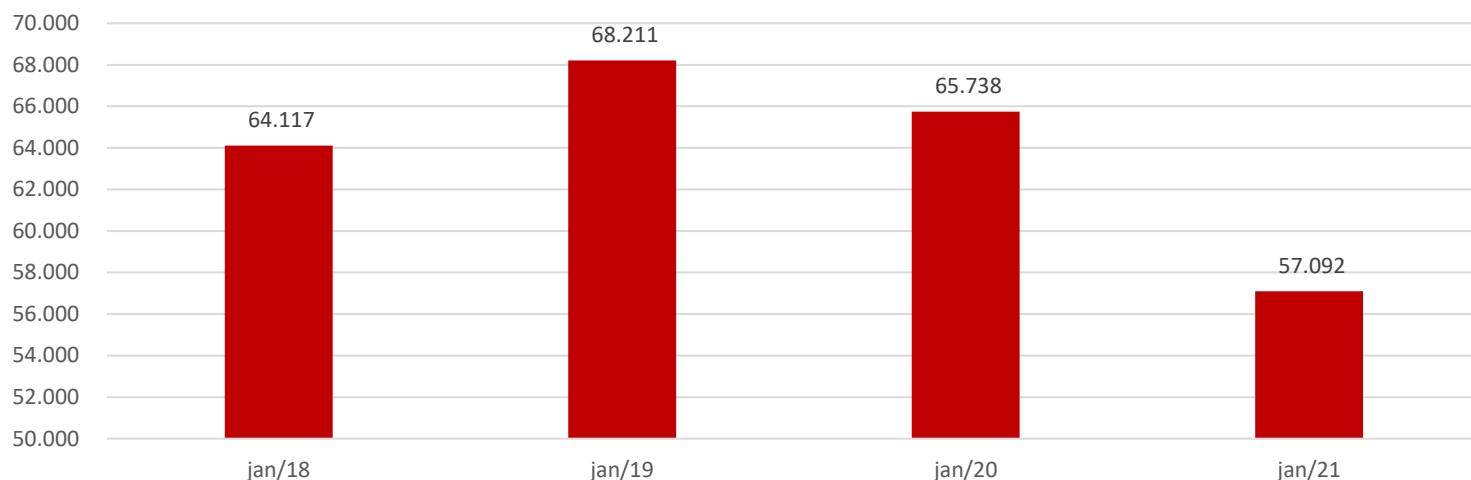
SEGURO-DESEMPREGO

Minas Gerais registra 57.092 requisições do benefício em janeiro de 2021, redução de 13% em relação a 2020

Com a chegada da pandemia de Covid-19 em 2020, a economia brasileira passou por um forte abalo cujo principal sintoma foi verificado a partir do fechamento em massa de postos de emprego e aumento da informalidade. Dando continuidade às análises desse contexto, o Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho seguirá analisando, quinzenalmente, as repercussões da pandemia no Brasil e em Minas Gerais, a fim de identificar os caminhos percorridos até a recuperação socioeconômica, especialmente diante do início da vacinação. Nesse sentido, a observação do indicador de requisições do Seguro-Desemprego, a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério da Economia, oferece parâmetros para a compreensão da dinâmica de demissões no mercado formal.

Em janeiro de 2021, foram feitas 57.092 solicitações do Seguro-Desemprego em Minas Gerais, número este que é 13% inferior àquele observado no mesmo período do ano anterior. Se, no entanto, comparado com o mês imediatamente anterior, ou seja, dezembro de 2020, é possível verificar um aumento de 14,3% do indicador. Cabe destacar, contudo, que esse crescimento pode ser interpretação como um fenômeno típico de início de ano devido à demissão de boa parte dos trabalhadores temporários contratados para as festas natalinas. Isso significa que essa sazonalidade também é verificada em anos anteriores, sendo, inclusive, o menor patamar da série histórica analisada a seguir:

Requisições do Seguro Desemprego em Minas Gerais

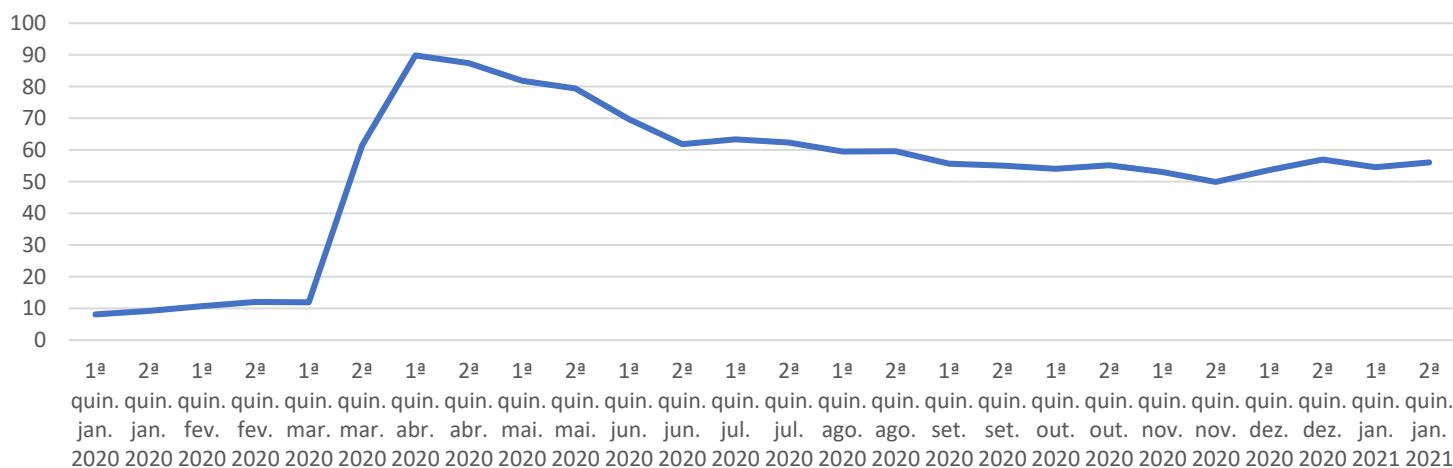


Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Se analisado o contexto brasileiro, é possível identificar circunstâncias parecidas, com o indicador de requisições do Seguro-Desemprego em janeiro de 2021 apresentando alta de 12,2% em relação ao mês anterior. Como explicado para o contexto mineiro, essa situação é provocada pela sazonalidade de rescisão de contratos temporários, o que ameniza as preocupações e permite a interpretação otimista de que, inclusive, o número de solicitações do Seguro-Desemprego em janeiro de 2021 foi 15% menor do que aquele registrado no mesmo mês de 2020.

É curioso mencionar que, com a chegada da pandemia de Covid-19 em Minas Gerais, os canais digitais tornaram-se a alternativa majoritária para requisições do benefício, comportamento que atingiu um pico histórico em abril e maio, quando os postos de atendimento estavam fechados para oferta desse serviço. No entanto, uma vez controlada a pandemia e com as agências reabertas, essa preferência pelas solicitações web se manteve, demonstrando que a crise introduziu um comportamento estável de adesão à digitalização de serviços, o que se evidencia pela escalada na demanda proporcionalmente indicada no gráfico abaixo:

% de Requisições Web em Minas Gerais



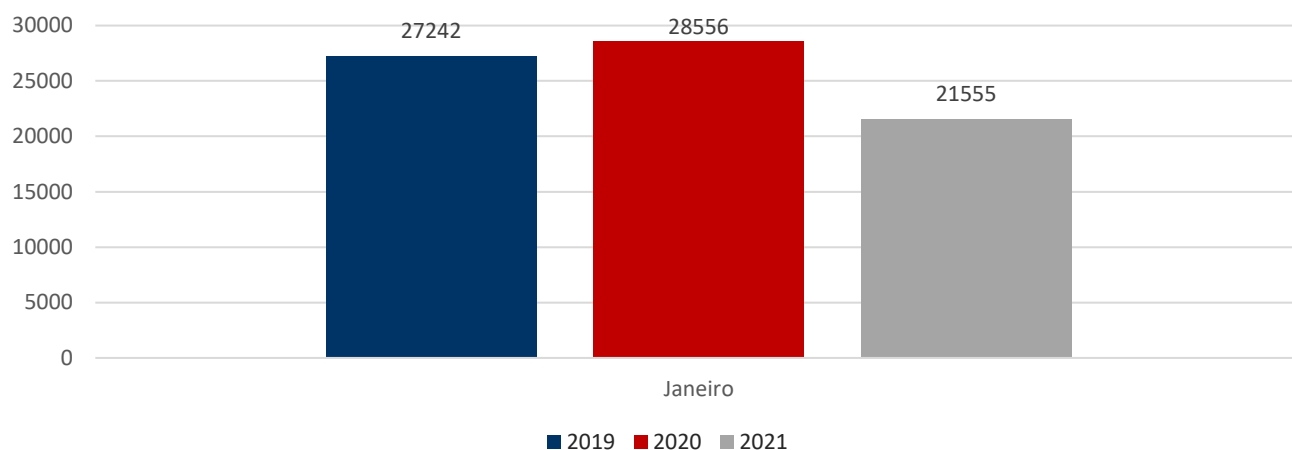
Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

ESTATÍSTICAS DO SINE

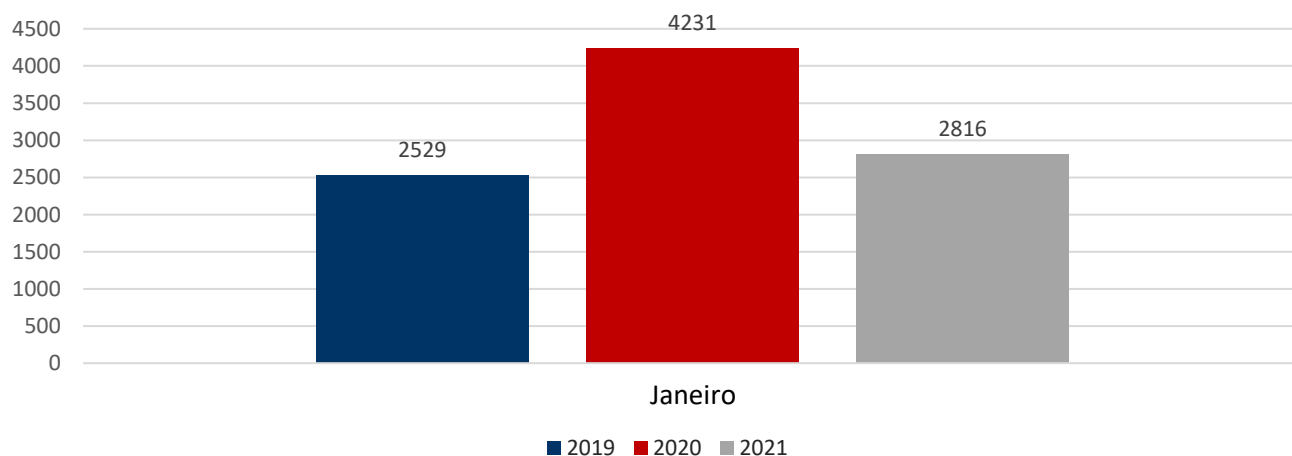
Em janeiro, rede SINE/MG cadastrou mais de 9.824 vagas

Em janeiro de 2021, ainda num cenário de incertezas quanto ao ritmo de recuperação do mercado de trabalho, as unidades do SINE de Minas Gerais realizaram o cadastramento de 9.824 vagas de empregos formais. O resultado superou o número registrado em janeiro de 2020, quando foram cadastradas 9.001 vagas, assim como ultrapassou o quantitativo de janeiro de 2019 (7.700). Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), porém, o total de vagas cadastradas (1.154) foi menor que o total registrado em janeiro de 2020 (1.569). É importante ressaltar nestas comparações que a pandemia de Covid-19 só impactou o mercado de trabalho de forma significativa a partir da segunda quinzena de março de 2020, e que parte dos impactos causados pela crise ainda não foram plenamente recuperados. Quanto aos encaminhamentos, em janeiro de 2021, foram realizados 21.555 na rede SINE de Minas Gerais e 2.816 na rede localizada na RMBH, ambos abaixo do que foi registrado em janeiro de 2020, conforme gráficos abaixo:

Encaminhamentos - Minas Gerais



Encaminhamentos - RMBH



VOLTA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Ministro Paulo Guedes fala sobre retorno do benefício, ainda que apenas para metade dos beneficiários

Mais um capítulo sobre a volta do auxílio emergencial saiu após o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reunir com os novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para discutir os rumos da economia brasileira em 2021. Guedes disse que a volta do auxílio pode ser uma realidade, mas que terá novos parâmetros.

O ministro declarou que o auxílio como foi até agora não existirá mais, mas que um novo benefício para "metade dos beneficiários" pode ser pago, referindo-se ao grupo de 68 milhões de pessoas que recebeu a ajuda no ano passado. Ainda assim, voltar a pagar o auxílio depende ainda de 'cláusulas necessárias', a serem anunciadas em breve. As discussões do novo valor e de quando os novos pagamentos ocorrerão só sairá após o Carnaval.

Na última segunda-feira (8), Guedes se reuniu com o presidente Jair Bolsonaro e o anúncio de como será o novo auxílio deve ser feito muito em breve. O governo enfrenta uma grave crise fiscal e precisa ainda definir de onde sairão os recursos para custear os novos pagamentos. Bolsonaro também confirmou em live feita por meio de seu canal no Youtube que o auxílio deverá ser retomado "eu acho que vai ter, vai ter uma prorrogação. A partir de março, mais 3 ou 4 meses" citou o presidente, não dando mais detalhes de como será o novo formato e o novo valor.

O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco já se disse favorável a volta do benefício e defendeu ajudar a parte mais pobre e vulnerável do país. "A pandemia continua e agora eu vim ao ministro da Economia, Paulo Guedes, externar o que é a preocupação do Congresso Nacional que é uma preocupação em relação à assistência social, a um socorro que seja urgente, emergencial", citou.

Ainda não há um novo formato de pagamentos e quem estaria enquadrado nesse novo grupo de "metade dos beneficiários". O filtro deve ser estudado pelo Ministério da Economia e o valor do auxílio também deverá ser menor, por volta de R\$ 200. O auxílio emergencial teve 9 parcelas em 2020, 5 delas de R\$ 600 e mais 4 de R\$ 300. Congresso e executivo se alinham para buscar uma solução para o tema, já que 48 milhões deixaram de receber o auxílio em 2021. "Fazer isso com cautela, com prudência, com observância de critérios para evitar que as coisas piorem. Mas, obviamente, nós temos que ter a sensibilidade humana e eu vim como senador e presidente do Congresso Nacional externar essa sensibilidade política de que nós temos que socorrer essas pessoas", declarou Pacheco.

Para maiores informações, [clique aqui](#).

INDICADOR ANTECEDENTE DE EMPREGO

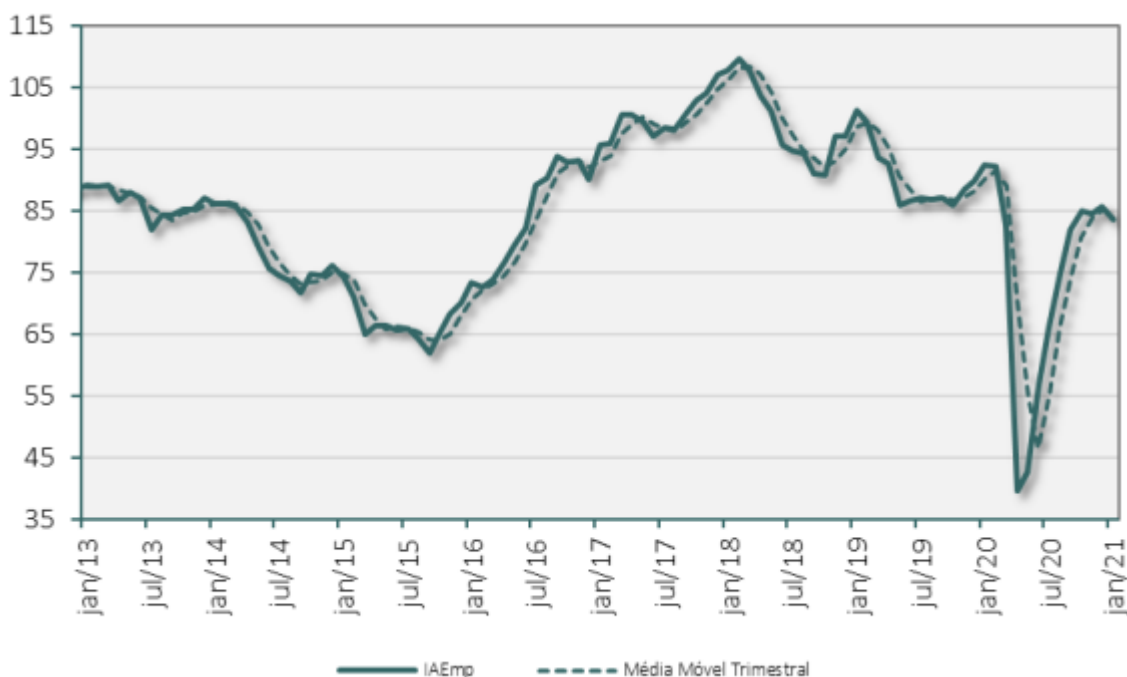
Resultado indica perda de ritmo na recuperação do mercado de trabalho

Em janeiro, o Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp), estimado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ficou em 83,5 pontos, após recuo de 2,2 pontos na comparação com dezembro. Em médias móveis trimestrais, houve interrupção da tendência de alta iniciada em julho de 2020, após recuo de 0,5 ponto do indicador, que ficou em 84,5 pontos. IAEmp possui relação positiva com o nível de emprego no país, ou seja, quanto maior, melhor. Seu

principal objetivo é antecipar os principais movimentos do mercado de trabalho brasileiro.

Dos setes componentes do IAEmp, cinco registraram piora em janeiro, com destaque para os indicadores que retratam a situação corrente na indústria (-8,3 pontos) e no setor de serviços (-6,9 pontos), além do indicador de Emprego Local Futuro dos Consumidores, que sofreu queda de 6 pontos em janeiro.

Indicador Antecedente de Emprego
(Dados de jan/13 a jan/21, dessazonalizados)



Fonte: IAEmp. Elaboração: FGV

Dos setes componentes do IAEmp, cinco registraram piora em janeiro, com destaque para os indicadores que retratam a situação corrente na indústria (-8,3 pontos) e no setor de serviços (-6,9 pontos), além do indicador de Emprego Local Futuro dos Consumidores, que sofreu queda de 6 pontos em janeiro.

“A queda do IAEmp em janeiro sugere uma perda de ritmo da recuperação do mercado de trabalho. Nos últimos meses o indicador vinha oscilando, mas ainda em patamar abaixo do que era observado no período anterior à pandemia. A provável desaceleração da atividade econômica no primeiro trimestre e o elevado nível de incerteza ainda não permitem que seja possível imaginar uma melhora desse indicador no curto prazo”, afirma Rodolpho Tobler, economista da FGV IBRE.

Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD), que capta a percepção das famílias sobre o mercado de trabalho no momento presente, teve melhora em janeiro. Recuou 3,8 pontos, em relação a dezembro, e ficou em 98,8 pontos. Vale ressaltar que o ICD possui sinal semelhante ao da taxa de desemprego, ou seja, quando menor o número, melhor o resultado. Considerando médias móveis trimestrais, o ICD apresentou crescimento de 0,8 ponto, chegando a 100,3 pontos, patamar mais elevado desde março de 2017 (101,3 pontos).

“Depois de quatro meses o ICD voltou a cair, mas ainda é preciso cautela com o resultado, pois ainda se encontra em nível muito elevado. Os próximos resultados podem confirmar se houve uma inversão da tendência, mas o fim dos programas do governo, a dificuldade que alguns setores ainda encontram na recuperação e a piora dos números da pandemia ainda não sugerem uma expectativa positiva para os próximos meses”, de acordo com Tobler.

PERSPECTIVAS PESSIMISTAS

Mil bares e restaurantes devem fechar em BH nos próximos meses, de acordo com previsões da Abrasel/MG

Uma lista que circula nas redes sociais tem mostrado bares e restaurantes notáveis na capital mineira que fecharam as portas definitivamente ao longo dos arrastados meses de quarentena. O documento foi criado, inicialmente, pelo empresário Matheus Daniel, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Minas Gerais (Abrasel-MG), e, de tanto ser compartilhado nas redes sociais por outros empresários, acabou ganhando novos nomes – o último a ser adicionado foi o tradicional restaurante Vecchio Sogno, que anunciou o encerramento de suas atividades na última terça-feira (19), após 25 anos de funcionamento.

Com cerca de 80 nomes, a lista representa uma pequena parcela dos 3.500 estabelecimentos que fecharam só durante a pandemia na capital mineira. Alguns dos mencionados na lista, entretanto, já haviam sido fechados bem antes da crise provocada pelo coronavírus, iniciada em março do ano passado. Outros que estão na lista apenas deram uma pausa nos serviços após o faturamento cair, mas prometem retornar.

Mesmo assim, só em Belo Horizonte, o fechamento dos estabelecimentos já representa mais de 30 mil empregos perdidos desde março de 2020, segundo dados da Abrasel. Empresários como Maki Sangawa, proprietário do Dona Tomoko, fecharam as portas na pandemia. Desde julho, o chef e empresário ainda avalia o atual cenário na cidade para decidir o próximo passo. “Vejo muitos outros empresários do setor acumulando prejuízos. Ainda sinto que não é um ambiente seguro para abrir e investir em um novo lugar”, disse.

Segundo o presidente da Abrasel-MG, a estimativa é que pelo menos outros mil bares e restaurantes ainda encerrem suas atividades nos próximos meses. “Tudo vai depender das restrições que ainda serão mantidas. O ambiente de incertezas, como restrições de horário e de venda de bebida alcoólica, faz com que o ritmo da retomada seja mais lento que em outras capitais”, antecipa Daniel.

Belo Horizonte é a única capital do país em que o consumo de bebidas alcoólicas nos bares e restaurantes é proibido. No dia 12 de dezembro do ano passado, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) voltou a vetar o consumo de bebidas alcoólicas nos bares e restaurantes, medida que seguiu orientação do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19.

A decisão contrariou a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Minas Gerais (Abrasel-MG). Matheus Daniel, presidente da entidade, explica que entre 50% e 60% da venda dos bares da capital é referente ao consumo de bebida alcoólica e que o próximo passo da entidade é exigir que bares e restaurantes sejam reabertos na primeira fase da próxima flexibilização. “A proibição leva o cliente para a clandestinidade, e isso, sim, é um grande entrave”, acredita.

SITUAÇÃO EM NÚMEROS

Bares e Restaurantes em Belo Horizonte

Antes da pandemia

12 mil estabelecimentos

72 mil empregos



Atualmente

3.500 estabelecimentos de portas fechadas

30 mil empregos perdidos

Mais de mil empresas ainda fecharão as portas até o fim do ano
Estima-se que apenas um terço dos empregos será retomado

Fonte: Dados da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Minas Gerais

EMPREGO E VACINA SÃO PRIORIDADES

Para 50% da população, atividade econômica no país ainda segue adormecida

Uma pesquisa realizada nas 27 capitais do país pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostrou que para os brasileiros o combate ao desemprego (44%) e a vacinação contra a Covid-19 (42%) devem ser prioridade dos governos para que a recuperação econômica do país seja possível ainda em 2021. Em seguida, na lista de prioridades, estão: saúde pública (38%) e educação (34%).

“Essa pesquisa comprova que o poder público não pode separar a saúde da economia. Ambas precisam andar juntas. Além de buscar a vacinação em massa com a máxima urgência, o

poder público, em todos os níveis, precisa elaborar um plano para a recuperação das atividades econômicas que mais foram prejudicadas”, pontua o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), Marcelo de Souza e Silva.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada, são esperados para 2021 aumentos de 41% na inflação e de 41% na inadimplência, além de crescimento de 36% nos índices de desigualdade e pobreza. Em Belo Horizonte, apesar da inadimplência seguir baixa (em dezembro houve queda de 7,36% na comparação com dezembro de 2019), entre os jovens de 18 a 24 anos a taxa registrou elevação de 62,13% em um período de 12 meses.

Quanto às perspectivas para a retomada do crescimento econômico, a pesquisa mostrou que um terço da população (ou 29%) acredita que a recuperação já começou. Porém, para metade dos entrevistados (50%) a economia do país ainda está adormecida, sendo que 25% acreditam que a melhora acontecerá em breve, ao passo que 24% acham que ainda vai demorar.

“As expectativas são semelhantes quando analisamos a opinião do belo-horizontino. Em uma pesquisa que fizemos com o nosso público, 78% acreditam que a economia do país não irá melhorar este ano. Para eles, nem mesmo a vacina pode ser capaz de alavancar a economia. Esse desestímulo está ligado ao ritmo lento de imunização. Obviamente, a vacinação traz uma luz de esperança, especialmente quando se trata de preservar vidas. Mas para a economia voltar a girar com mais vigor, é preciso que haja planos de imunização em massa mais eficientes”, finaliza o presidente da CDL/BH.

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Percentual de mulheres ocupadas é o menor em 30 anos e a pandemia é parte do problema

A chegada da pandemia ao Brasil causou uma piora no mercado de trabalho brasileiro, entretanto, os impactos foram mais sentidos pelas mulheres. No terceiro trimestre de 2020, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o percentual de mulheres com 14 anos ou mais que estava trabalhando foi de 45,8%, o nível mais baixo desde 1990 (44,2%). Porém, para especialistas e economistas ouvidos pelo InfoMoney, a pandemia apenas aprofundou um antigo problema social existente: a desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Mesmo sendo um problema histórico, a situação das mulheres no mercado de trabalho piorou especialmente durante o ano de 2020. O percentual de mulheres no mercado de trabalho no terceiro trimestre de 2020 sofreu queda de 7,5 pontos percentuais (p.p) na comparação com o mesmo período de 2019, recuou de 53,3% para 45,8%. Quanto aos homens, a queda foi de 6,1 p.p (de 71,8% para 65,7%).

“A desigualdade já era realidade. A mulher era mãe, dona de casa, profissional e tinha que dar conta de todas as atividades. Mas, com a pandemia, a situação de muitas mulheres

ficou inconciliável. Como manter a produtividade no trabalho, ou mesmo manter o emprego, em meio ao isolamento social com as crianças integralmente em casa, sem a ajuda do parceiro? Historicamente, se alguém precisa abrir mão de um trabalho para se dedicar à casa, será a mulher e não o homem. Então, muitas deixaram o trabalho por não conseguirem administrar tudo em meio à pandemia. O gap [lacuna] que já tínhamos ficou abissal”, afirma Raquel Azevedo, sócia e líder de Diversidade & Inclusão da consultoria Falconi.

Entre os fatores que levaram à diminuição da presença das mulheres no mercado de trabalho estão: segregação ocupacional, suspensão das aulas nas escolas e auxílio emergencial. A pandemia de Covid-19 provocou o fechamento de postos de trabalho com maior presença de mulheres. “Entre esses empregos estão serviços domésticos, comércio e serviços, por exemplo. Já atividades que majoritariamente são ocupadas por homens, como a construção civil, foram muito mais resilientes durante 2020”, diz o economista Jefferson Mariano, analista socioeconômico do IBGE.

Outro fator que afetou diretamente as mulheres no mercado de trabalho foi a suspensão das aulas nas escolas. Entre as mulheres com filhos de até 10 anos, a parcela que trabalhava caiu 7,8 entre o terceiro trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2020. Entre os homens com filhos na mesma idade, a queda foi de 4,2 p.p.

“A divisão desigual no cuidado das crianças impactou a taxa de participação de diversas maneiras. Muitas mulheres se demitiram para conseguir cuidar dos filhos. Outras ficaram sem tempo para focar na busca por um emprego, dada a responsabilidade extra em casa. Ainda, uma parte optou por não procurar emprego porque se dedicou aos cuidados domésticos”, explica Marcos Hecksher, pesquisador do Ipea.

Segundo os especialistas ouvidos, o auxílio emergencial pode ter contribuído para a diminuição da participação das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que deduziu a necessidade de procurar emprego para muitas famílias. “O benefício ajudou financeiramente muitas famílias e de certa forma incentivou milhares de pessoas a ficar em casa e não procurar emprego. No caso de mães chefes de família, o benefício foi em dobro. Por isso, com as parcelas do auxílio, algumas mulheres de baixa renda optaram por não trabalhar e não procurar trabalho, já que precisavam cuidar dos filhos e tinham como manter o orçamento. Nesse contexto, elas ficaram fora das estatísticas de emprego e participação”, explica Hecksher.